



2011: DILMA APROFUNDA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO!

A reeleição do PT para o governo central do país é um fator decisivo para a continuidade da política educacional de sucateamento e privatização. O governo Dilma, para garantir o crescente acúmulo da burguesia (industriais, banqueiros, latifundiários e imperialistas) e diante de uma situação econômica mais difícil em relação a “era Lula” (graças aos abalos da última crise capitalista) é impelido a uma posição mais aberta de repressão às reivindicações dos trabalhadores e aprofundamento das reformas neoliberais, tendo como um dos meios centrais o corte de verbas do Orçamento da União, contido aí a redução de 3,1 bilhões na educação.

As precárias condições de vida do povo passam por um mundo do trabalho cada vez mais superexplorador, flexível e precarizado, de salários miseráveis e inseguros; por situações de moradia, transporte e saúde desumanas; pela crescente violência policial. **Inúmeros são os exemplos que apontam para um agravamento da luta de classes no país.** Desde o início deste ano, diversas manifestações começam a explodir, pondo abaixo a falsa imagem do PT de “governo progressista” tão reforçada pelos pelegos da UNE e da CUT.

Na educação, após 8 anos de Governo PT, além do crescimento gritante de um lucrativo setor privado, a situação caótica do sistema público continua. Atualmente três fatores são centrais na política educacional do governo, que devem estar na pauta de luta do Movimento Estudantil: **o último corte de 3,1 bilhão na educação, a tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e a conclusão da reforma universitária iniciada pelo governo Lula.**

O CORTE

No dia 28 de fevereiro deste ano, o Governo de Dilma/PT anunciou o maior corte orçamentário da história do Brasil: 50 bilhões a menos para os ministérios. O terceiro maior setor atingido será a educação, que cortará 3,1 bi. Tal corte faz parte do plano de austeridade do governo Dilma, orientado pelo FMI e Banco Mundial, para conter a crise econômica no Brasil. O Governo neoliberal de Dilma já mandou as universidades federais cortarem 10% de suas verbas para custeio (estrutura, luz, água e assis-

tência) e também solicitou aos reitores que reduzam em 50% as verbas para diárias e passagens, que atingirá diretamente o tripé ensino-pesquisa e extensão. A educação, que atualmente recebe menos de 4% do PIB, com esse corte orçamentário piorará ainda mais realidade de sucateamento das escolas primárias, secundárias e universidades federais.



Brasília, 12 de abril - Ato secundarista contra o corte

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2011-2020

O novo PNE, que traça metas e estratégias governamentais para os próximos 10 anos (2011-2020), dá continuidade ao último decênio (PNE 2001-2010), e ao PDE de 2007, documento guia do programa neoliberal “todos pela educação”. O novo PNE traz várias metas equivalentes ao PNE passado, referente ao Governo Lula, já que estas não foram alcançadas.

Como é comum nas reformas educacionais do governo, esse PNE vem sendo aprovado de goela abaixo aos estudantes e trabalhadores. Reforçando a política do governo, a CUT e a UNE fazem a defesa dos fóruns “tripartites” consultivos tal como o CONAE (que congrega governo, empresários(!) e trabalhadores da educação), que introduzem uma “legitimidade” à projetos como o PNE. O atual PNE é composto com metas/estratégias “governáveis”, escolhidas pelos iluminados do governo, desconsiderando a real necessidade do povo. Um exemplo é que **o novo PNE prevê um gradual aumento do investimento a cada ano, até 2020, podendo che-**

gar a 7% do PIB, no máximo, desconsiderando a reivindicação de 10% do PIB para a educação, defendida por trabalhadores e estudantes.

No ensino superior, o PNE-2011 prevê a massificação sem qualidade para a obtenção de ganhos quantitativos, garantindo o lucro do setor privado, numa lógica mercadológica. O exemplo disso é a continuidade das reformas da educação superior. Sistemas de financiamentos, que endividam os estudantes pobres, aprovação automática para uma maior rotatividade de vagas, investimento na formação tecnológica para o mercado, uso da EaD, etc. Principalmente para as licenciaturas, a EaD (cujos números se multiplicaram no governo Lula) aparece como uma grande cartada: de baixo custo, massificado, eficaz e flexível, é a nova tática do governo para aumentar quantitativamente a formação de professores, sem a qualidade necessária, já tão reduzida no ensino presencial. Também para a pós-graduação, a EaD é vista como um horizonte: vide o primeiro mestrado a distância aprovado recentemente.

O REUNI – CARRO CHEFE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

O REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), um dos principais programas da Reforma Universitária, dá seus últimos passos nas universidades públicas. Até 2012 as universidades concluirão a expansão precarizante. Estudantes e trabalhadores já sentem os efeitos danosos da “nova universidade”: superlotação de salas de aula, precariedade do trabalho (com professores temporários), falta de assistência estudantil, obras atrasadas, falta de laboratórios, e vários outros problemas.

As conseqüências do REUNI irão ser mais evidentes agora em sua reta final. Vários estudantes já começam a se levantar em protesto contrário a precarização neoliberal da Reforma Universitária. A ocupação de reitoria da Ufpel, as mobilizações na UnB, na UFF, dentre outras universidades, anunciam um novo período de lutas estudantis, onde mais uma vez a bandeira da ação direta anti-governista será o único caminho capaz de levantar as massas estudantis e proletárias para a luta unificada. ■

CONSTRUIR A GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO PARA BARRAR AS REFORMAS NEOLIBERAIS!

○ PAPEL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A construção de um novo movimento estudantil classista e combativo precisa estar amparada em uma análise concreta acerca do desenvolvimento capitalista nas últimas décadas e suas determinações para o sistema educacional no Brasil. Esta análise é fundamental para definir qual o é o papel político dos estudantes no contexto geral da luta da classe trabalhadora e quais as principais pautas reivindicativas ancoradas por um viés verdadeiramente classista para o movimento estudantil em nosso país.

O presente texto é fruto de um processo de experiência de militância

prática e reflexões teóricas acerca dos desafios postos às organizações e militantes que hoje constroem a RECC. Ele busca sistematizar algumas dessas análises e concepções as quais consideramos, neste momento, importantes serem colocadas aos estudantes. Objetivamente, este texto é um “condensado” de quatro teses defendidas em congressos sindicais e estudantis durante o período de 2008 e 2010, exatamente o 1º e 2º Congressos da Conlutas, o CONCLAT, o CNE e o VI Congresso de Estudantes da UFC – todas disponíveis em nosso arquivo virtual através do site: www.redeclassista.blogspot.com.

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, A EDUCAÇÃO E O NEOLIBERALISMO

Podemos dizer que o capitalismo contemporâneo é fruto da evolução e transformação do capitalismo monopolista de Estado. Esse modelo de capitalismo se estruturou a partir da década de 1920, nos países centrais, e depois nos periféricos, como a América Latina. O capitalismo monopolista de Estado apresentava de forma sistemática ao Estado a tarefa de intervir diretamente na economia capitalista e viabilizar e tutelar a acumulação de capital. Este modelo foi marcado pela contradição entre a

concessão de direitos (dentre esses a ampliação do sistema educacional público, previdenciário etc.) aos trabalhadores nos países centrais do capitalismo e já nas nações periféricas um quadro geral de ampliação das desigualdades sociais levadas a cabo por ditaduras militares, e em parte marcadas pelo desenvolvimentismo industrial semi-periférico.

marcada pela: a) Onda de privatização de setores estratégicos (dentre eles o sistema educacional); b) Flexibilização e precarização do trabalho; c) Aumento da força dos bancos e do capital financeiro que passaram a comandar as políticas econômicas em escala global; d) Acentuação da concentração de capitais, formando-se ultra-monopólios em escala global, as grandes corporações.

“ A política educacional neoliberal impôs o estrangulamento dos salários e dos investimentos e estimulou a criação ilegal das chamadas Fundações de Apoio a Universidade”

Foi na década de 90, com o governo FHC, que se iniciou o projeto de Reforma Neoliberal do Ensino no Brasil. A política educacional impôs o estrangulamento dos salários e dos investimentos e estimulou a criação ilegal das chamadas Fundações de Apoio a Universidade que, com a ajuda de diversos professores, criaram cursos pagos e acordos com empresas privadas. Ao mesmo tempo manteve-se a estrutura elitista e burocrática da época da ditadura com as eleições desproporcionais (professores com peso de 70% dos votos), a estrutura departamental, a representação estudantil de 1/5 nos colegiados e o vestibular.

O governo Lula manteve a política do governo anterior com a expansão das universidades privadas e começou a implementar a Reforma Universitária nas universidades públicas para estreitar as relações com as empresas privadas. A regulamentação das Fundações Privadas MP 495/2010, a Lei de Inovação Tecnológica (prevê parceria tecnológica pública-privada), o PROUNI (prevê isenção de impostos às universidades particulares), o REUNI (expansão sem qualidade), o Novo ENEM, ENADE, o FIES, o aumento brutal da terceirização, dentre outros, são exemplos desta política.

Neste sentido a educação durante a ditadura militar no Brasil foi moldada por sua condição semi-periférica: a) Implementação autoritária de decretos educacionais, perseguição política a estudantes e intelectuais, e consolidação de estrutura universitária antidemocrática (conselhos 70-15-15); b) Financiamento a centros altamente elitizados de conhecimento de ponta para suprir as demandas das frações da burguesia industrial nacional e internacional; c) Ampliação de uma rede de ensino fundamental precarizada visando a criação de mão de obra dócil, barata e minimamente qualificada.

Mas na década de 1970 o capitalismo entrou em crise, os custos com os gastos sociais passaram a ser inaceitáveis para a burguesia. Iniciou-se a implementação da reestruturação neoliberal que ficou

MOVIMENTO ESTUDANTIL E ESTRUTURA DE CLASSES

A organização do movimento estudantil no Brasil deve ser analisada de um ponto de vista de classe. Ou seja, devemos considerar a posição dos estudantes na estrutura de classes. E a partir disso fixar as tarefas de luta e organização.

Os estudantes são uma categoria social de transição. A condição de estudante implica a transição entre uma origem de classe herdada e sua inserção numa futura atividade ou processo de trabalho. A educação não garante mobilidade social ascendente expressiva, de maneira a mudar a condição de classe. Na realidade, na grande maioria dos casos, apenas possibilita pequenos ganhos de rendimento ou mudança de fração de classe (de atividades manuais para intelectuais, por exemplo).

A diversificação das redes de ensino acompanha, parcialmente, sua função geral na reprodução social das classes. Uma das funções é a formação de mão-de-obra. Ou ainda, a mera função de dar lucro às empresas da educação ou reproduzir o serviço público, sem influir significativamente na inserção e posição social dos estudantes. Ou a função é a formação de quadros dirigentes do capitalismo.

Essa última função é restrita, cumprida por um número reduzido de instituições e cursos (como alguns cursos de Direito, Economia, Medicina, Engenharia e outros). Na grande maioria dos casos as



Por uma educação a servi

ESTUDANTIL NA LUTA DE CLASSES

escolas e universidades públicas e privadas formam massas de trabalhadores assalariados, manuais e intelectuais, de maior ou menor qualificação. Apenas uma pequena parcela torna-se parte dos quadros dirigentes do capitalismo ou membros de uma aristocracia operária muito reduzida.

Dessa maneira, a principal contradição do sistema educacional brasileiro é uma contradição de classes. Isso se manifesta no elitismo e na precarização do sistema de ensino. O caráter de massas, ou seja, a composição de classe do público alvo é determinante para as condições

materiais das instituições de ensino,

segundo a política da classe dominante. A educação básica, por exemplo, mostra como a massificação foi acompanhada da precarização. No caso, como a rede básica massificada é a pública essa é a rede precarizada.

A lógica se inverte no ensino superior: a rede privada é que está se massificando e no geral ela apresenta condições inferiores de ensino. A rede pública superior ainda é restrita, marcada por um profundo elitismo, já que grande parte das vagas são ocupadas por alunos egressos da rede básica privada, exatamente, criando uma reserva de vagas para filhos de trabalhadores de categorias estruturadas, pequena e grande burguesia. E dentro das universidades, a maior ou menor precarização da condição dos cursos expressa sua função geral na formação de mão de obra ou de quadros dirigentes do

capitalismo.

Os estudantes que tem acesso aos níveis básicos de ensino na sua grande maioria estão na rede pública sob condições precarizadas - são cerca de 53 milhões de estudantes na educação básica: 46mil

nas públicas e 6mil nas privadas – segundo dados do Educacenso de 2008. O elitismo é um traço dessa estrutura, uma vez que existe uma discriminação de classe que os exclui do acesso as melhores instituições da educação básica e superior. Essas condições de ensino praticamente determinam a inserção precária nas atividades de trabalho. O sistema de ensino torna-se assim parte do processo geral de exploração.

“ A luta contra a precarização e elitização do ensino é a luta contra o processo geral de precarização e super-exploração do trabalho, do qual a educação é uma instância de reprodução.”

UNIVERSIDADES E CONTROLE DO CAPITAL

Como instituição de reprodução da condição de classe a Universidade se transforma para atender os

interesses do capital e do Estado. O atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira, comercial e produtiva necessita não só de uma legislação trabalhista flexível, como também de trabalhadores “pacíficos”. A Mundialização do Capital, que trouxe as novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho - como a terceirização - também chegou à universidade.

O modelo de Reforma Universitária, baseado em “sugestões” de relatórios do Banco Mundial, e a nova lei de inovação tecnológica têm como intenção a transformação das universidades em empresas de prestação de serviços tecnológicos. Isso não é um dado isolado. A disputa do comércio internacional pelas grandes multinacionais, como NESTLE, KRAFT, NIKE, ADIDAS, FIAT, GM e COCA-COLA tem dois lados: a busca por mão de obra cada

vez mais barata e a necessidade cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos (Chesnais, 2001).

ESTUDANTE-PROLETÁRIO, PELO QUE DEVEMOS LUTAR?

Devemos lutar: 1) por mais recursos e melhores condições de ensino (verbas para infra-estrutura de escolas e universidades, verbas para assistência estudantil e etc); 2) universalização da educação pública (básica e superior nas suas diversas modalidades). A possibilidade da universalização do ensino superior se dá de duas maneiras: nacionalização sob controle dos trabalhadores das universidades privadas e recursos para ampliação do conjunto das vagas da rede pública. Por isso devemos combater tanto o filtro elitista do vestibular, quanto a precarização e fortalecimento das universidades privadas (por meio de ações como o ProUNI). Por isso nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já!

Nesse sentido, a tarefa principal do movimento estudantil combativo é colocar essa contradição de classe como seu foco de organização. A luta contra a precarização e elitização do ensino é a luta contra a o processo geral de precarização e super-exploração do trabalho, do qual a educação é uma instância de reprodução. É também uma luta pela melhoria geral das condições de vida da classe trabalhadora. O programa e bandeiras reivindicativas devem expressar essa concepção.

CONSTRUIR A CENTRAL DE CLASSE

A natureza de uma Central de Classe possibilita romper com o sindicalismo social-democrata e corporativista, que reproduz a fragmentação da classe trabalhadora imposta pelo capital, ao mesmo tempo, garante o combate a estrutura de sindicalismo de Estado e do velho movimento estudantil. Esse é o caminho para a construção de um amplo movimento classista e combativo dos trabalhadores e estudantes.

Defender uma central de classe significa defender uma entidade que reúne em seu interior as diferentes organizações da classe trabalhadora: o movimento operário, o movimento sindical urbano (comercio e serviços); o movimento camponês e de trabalhadores rurais; o movimento estudantil; movimento de desempregados e informais, o movimento negro e indígena, os movimentos de gênero e contra a homofobia. Desta maneira, será uma organização ampla e representativa das lutas de nossa classe. ■



Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968
Estudantes e trabalhadores na marcha dos cem mil

ço da classe trabalhadora!

ANEL: NOVA ENTIDADE, VELHA LADAINHA

Desde 2003, com a chegada do PT à Presidência, abre-se um debate fundamental no Movimento Estudantil (ME): sua reorganização frente a cooptação da UNE pelo governo. Para a RECC está claro: **lutar contra as reformas e políticas neoliberais dos governos do PT e a ruptura com a UNE fazem parte de uma única tarefa: reorganizar os estudantes para derrotar os ataques do governo.** Isto porque entendemos que não se separa o objetivo dos meios para sua realização. O engessamento do ME imposto pelo domínio do PT e PCdoB há décadas, cujos sintomas são a despolitização, a falta de participação estudantil, o esvaziamento dos espaços de base, a falta de referência organizativa, o imobilismo etc, evidencia que vivemos uma **crise de organização** profunda. Por outro lado, a hegemonia dos métodos pacifistas e legalistas – ineficazes, diga-se de passagem, também evidencia

uma **crise de direção.** As conquistas e resistência globais ao neoliberalismo, portanto, só virão com a superação dialética destas duas crises.

Nesse contexto, brota a ANEL em 2009 sob a justificativa de criar uma nova entidade nacional representativa dos estudantes para substituir a falida UNE. Primeiro, é importante pontuar que a ANEL surge nas vias e desvios de seu setor majoritário, o PSTU, em abrir mão da aliança orgânica entre estudantes e trabalhadores ao reduzir o poder deliberativo do ME na CONLUTAS frente às exigências de unificação – frustrada – com a INTERSINDICAL. Segundo, o discurso de oposição à UNE por parte da ANEL, abriga uma contradição indigerível na prática, o fato dela estar aberta aos setores da UNE, assim como sua política insistente de unidade com a “Oposição de Esquerda” (OE) da UNE. Como exemplo, isto significou a ANEL defender, nas eleições do CA de Serviço Social da UnB em 2011, “garantir intervenção orgânica [dos estudantes] na ANEL e na

OE da UNE”. Uma política contraditória e de claro confusão para referência reorganizativa, que faz manter a legitimidade da UNE!

Em terceiro lugar, a concepção de reorganização embutida na ANEL considera apenas a crise de direção. É como se, pra reorganizar o ME, fosse apenas necessário ganhar as direções das entidades de base e decretar a criação de uma nova entidade nacional. A incapacidade de permear as discussões na base, por exemplo, anterior ao seu 1º Congresso, é sintomático disso; não se enganem: quantidade não significa qualidade. Por fim, não adianta abrigar estudantes abaixo de uma **nova** sigla ANEL se os métodos de luta são **velhos** conhecidos da UNE: como ocorreu no Ato Nacional do dia 13 de abril em Brasília contra o Corte, aonde o protagonismo de centenas de estudantes nas ruas foi substituído pela negociação de cúpula à portas fechadas com os representantes do MEC ou quando, em outro caso, a ANEL aposta em um PL para barrar a REUNI. Ora, sabemos que a tarefa de reorganização será bem mais séria, complexa e abrangente. ■

Nenhuma ilusão na colaboração com a UNE! Abaixo o governismo e o para-governismo!

A RECC CONVOCA OS SINCEROS LUTADORES ANTI-GOVERNISTAS A

PLENÁRIA NACIONAL CLASSISTA E COMBATIVA

Há dois anos um grupo de estudantes descontentes com a via legalista e reformista hegemônica no ME compreendeu que a estratégia de Reorganização passaria inexoravelmente pela articulação de base, levada a cabo numa perspectiva não imediatista. A subordinação da UNE ao Estado burguês é apenas o resultado final da direção política parlamentarista que a UNE já vinha tomando desde sua refundação em 79 – sob direção da UJS. Este é o resultado quando o movimento de massas opta e “conquista” o “poder” pela via parlamentar.

Esta política conduz a concepção de que vale tudo para estar no aparato das entidades: reduzir seu programa, chamar votos pelo coleguismo, caluniar, fraudar eleições e etc. Acaba que as entidades de base significam tão somente um espaço de representação oficial, e não real, que garantirá pequenos privilégios de estrutura, além de servir como trampolim a candidatos na disputa eleitoral-burguesa. Isto é realizado seja pelas correntes abertamente governistas (PT, PCdoB), e, em algum grau, pelas forças que se dizem oposição (como PSTU e PSOL). A política parlamentarista tem como seu colateral a organização burocrática do ME.



Coerente com esta análise foi articulada em junho de 2009 a RECC. A RECC não se propõe a ser uma nova entidade representativa do ME. Nossa concepção entende que a hegemonia governista e reformista nos traz um refluxo histórico e que, portanto, a Reorganização é um processo insuperável em curto prazo. Poderíamos nos embriagar com esta ilusão caso nos colocássemos como tarefa a simples tomada de aparatos ou as insuficientes lutas reativas. No entanto, compreendemos que os estudantes-trabalhadores possuem tarefas mais complexas, que é nosso dever precipitarmo-nos contra o Estado e a Burguesia, impondo pela força das massas nossas maiores demandas: **que a educação sirva a classe**

trabalhadora. A realização deste objetivo perpassa, inclusive, a aliança orgânica entre estudantes e demais frações proletárias através de uma Central de Classe. Assim, a estratégia para a Reorganização nos leva a tática da articulação dos estudantes ao nível nacional, congregando diversas organizações de base, tais como Oposições à Grêmios ou DCE's, coletivos de curso etc.

A RECC convoca os lutadores classistas e anti-governistas do ME para construirmos esta Rede Combativa no Brasil. Consideramos fundamental que os estudantes e coletivos independentes estejam discutindo e construindo as lutas pelos métodos de base. Nenhuma agressão do Estado e do Capital deverá passar sem resposta. Convocamos assim todos os camaradas estudantes do povo para comparecerem à **PLENÁRIA NACIONAL CLASSISTA E COMBATIVA**, que se realizará entre os dias 22 e 26 de junho na UFRRJ, organizada pela RECC de forma paralela e independente politicamente do congresso da ANEL - entidade esta que não construímos. Lançamos como tema geral desta Plenária Nacional a discussão sobre o novo PNE 2011-2020, o corte orçamentário e o acesso e permanência das Universidades brasileiras. Camaradas, compareçam! Esta luta é árdua e longa, e devemos iniciá-la imediatamente! ■

ABAIXO O CORTE DE 3,1 BI NA EDUCAÇÃO E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NEOLIBERAL!

RECC

Assinam: Oposição Classista e Combativa ao DCE da UFC - CE; Oposição Combativa Classista e Independente ao DCE da UnB - DF; Oposição Combativa Estudantil e Independente ao Grêmio do CEM 01 de Sobradinho - DF; Coletivo Luta Sociais! (UnB - DF); Coletivo Território Livre (UnB - DF); Coletivo Pedagogia em Luta (UnB - DF e UFC - CE); Coletivo Feminista Classista Libertárias (DF); Coletivo Serviço Social em Luta (UFF - RJ); Estudantes do UFG - GO; Estudantes do CEMSO - DF.